

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 46.892 - SC  
(2014/0304475-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADOR : EVANDRO RÉGIS ECKEL E OUTRO(S) - SC012101**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão de minha lavra, assim ementada (fl. 313, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA. CONDIÇÕES PRECÁRIAS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DECISÃO QUE DETERMINOU A TRANSFERÊNCIA PARA PENITENCIÁRIA DOS PRESOS CONDENADOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 66, VIII, DA LEP. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

O Estado de Santa Catarina pleiteia que se reconsidere a decisão agravada ao argumento de que, além da invasão da competência administrativa do Poder Público, a ordem de interdição do Presídio de Mafra/SC desconsidera que as soluções relativas ao sistema prisional devem ser tomadas sob o ângulo macrossistêmico, bem como que o cumprimento da ordem esbarra em impossibilidade material.

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Exerço o juízo de retratação, nos termos do *caput* do art. 259 do RISTJ, para tornar sem efeito a anterior decisão.

Com efeito, apura-se que a hipótese trata de recurso ordinário interposto pelo Estado de Santa Catarina, com fundamento em dispositivos da Lei de Execução Penal, contra acórdão do TJSC que denegou mandado de segurança por meio do qual se pretende a revogação do ato que determinou a interdição do Presídio de Mafra.

O *caput* do art. 9º do RI-STJ dispõe que "a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa", sendo que o § 1º estabelece a competência da Primeira Seção para julgar os feitos relativos a "nulidade ou anulabilidade de atos administrativos" (inc. II) e a "direito público em geral" (inc. XIV); e o § 3º dispõe que compete à Terceira Seção processar e julgar os feitos relativos à matéria penal em geral.

No caso, o recurso ordinário se origina de mandado de segurança impetrado contra ato do juízo de direito da vara de execuções penais que, no uso de suas atribuições legais como Corregedor do Presídio Regional de Mafra, determinara a interdição da unidade prisional, devido à superlotação e más condições físicas e sanitárias de habitabilidade.

O ato de interdição da unidade prisional, inequivocamente, tem natureza administrativa; contudo, essa qualidade não afasta a natureza penal da controvérsia instaurada na execução da pena, à luz do art. 66, VIII, da LEP ("Compete ao Juiz da execução interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições

inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei").

Conforme norma do Regimento Interno deste Tribunal Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa; e essa relação, no caso, é de direito penal.

Referendando tal ponto, verifica-se haver diversos precedentes da Quinta e Sexta Turmas versando idêntica matéria (v.g.: AgRg no RMS 55.169/RS, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 05/11/2018; EDcl no RMS 45.212/MG, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/5/2018; AgInt no RMS 50.325/MG, Rel. Min. Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 24/2/2017, RMS 45.212/MG, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 15/04/2016; RMS 44.537/PR, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 24/06/2014).

A propósito, confira-se precedente da Corte Especial:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS COLETIVO IMPETRADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PROVISÓRIA EM DELEGACIAS COM ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS, POR ATO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS, POR MEDIDAS PROCESSUAIS PENAIAS ALTERNATIVAS OU RELAXAMENTO DAS PRISÕES DECRETADAS. MATÉRIA PREDOMINANTE DE DIREITO PENAL. COMPETÊNCIA DA TERCEIRA SEÇÃO.

1. Embora a suposta ilegalidade das prisões combatidas no habeas corpus coletivo surja de problemas estruturais das delegacias e do sistema prisional do Estado, o pleito da Defensoria Pública impetrante é de concessão de medidas processuais penais que afetam diretamente o direito do Estado de manter sob custódia as pessoas investigadas e acusadas do cometimento de crimes diversos e o direito de liberdade de tais pessoas em conflito com os interesses da sociedade.

2. Nesse contexto, somente de forma mediata, isto é, em plano secundário, emergem questões de ordem administrativa, prevalecendo a matéria de natureza penal.

3. Conflito dirimido para firmar a competência da Terceira Seção e, consequentemente, do Juízo suscitado.

(CC 150.965/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/02/2019, DJe 22/03/2019)

Ante o exposto, determino a redistribuição do recurso a uma das Turmas componentes da Terceira Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator